

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS**Processo TCM nº **07890e24**Exercício Financeiro de **2023**Prefeitura Municipal de **VITÓRIA DA CONQUISTA****Gestor: Ana Sheila Lemos Andrade**Relatora **Cons. Aline Fernanda Almeida Peixoto****RECURSO ORDINÁRIO****RELATÓRIO**

Inconformada com a decisão prolatada por este Tribunal em **PARECER PRÉVIO PC007890e24APR**, constante do Processo TCM nº **07890e24**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCM, edição de 25/04/2025, que opinou pela **aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de **VITÓRIA DA CONQUISTA**, relativas ao **exercício** financeiro de **2023**, da relatoria do Cons. Paulo Rangel, sobretudo em razão da *ausência de clareza nos preços estimados, obtidos através de pesquisa; ausência da definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis; ausência de clareza na definição do critério de julgamento; baixa cobrança da dívida ativa; inconsistências em demonstrativos contábeis; ausência nos autos da relação dos precatórios judiciais*, imputando à Sra. **Ana Sheila Lemos Andrade**, Prefeita do Município de **VITÓRIA DA CONQUISTA**, multa no valor de **R\$2.000,00** (dois mil reais).

A Gestora, por meio de petição inserida no e-TCM em 15/05/2025, interpôs, tempestivamente, com lastro no art. 314 da Resolução TCM nº 1392/19, e alterações, o Regimento Interno da Corte, o presente Recurso Ordinário pleiteando a reforma da decisão para excluir as ressalvas acerca de *inconsistências em demonstrativos contábeis e da ausência nos autos da relação dos beneficiários dos precatórios judiciais* à luz das alegações e documentos ora apresentados.

Conquanto não tenha havido manifestação, por escrito, do Ministério Público de Contas nos presentes autos, o art. 5º, inciso II, da Lei Estadual nº 12.207/11, combinado com o art. 63, inciso II, do Regimento Interno desta Corte, resguarda a possibilidade de o Órgão manifestar-se durante as sessões de julgamento.

FUNDAMENTAÇÃO

Insurge-se a Recorrente contra o apontamento acerca de uma suposta diferença de R\$1.000,00, entre os valores do **superávit financeiro**, conforme



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

o *Quadro do Superávit/Déficit* anexo ao Balanço Patrimonial [R\$50.391.597,38] vis a vis aquele apurado no referido balanço [R\$50.390.597,38].

Alega a Recorrente que, ao contrário do que sugere o Parecer Prévio, tal matéria foi objeto de contestação na defesa inicial, oportunidade em que arguimos inexistir tal diferença, conforme pode ser verificado no Balanço Patrimonial (**Doc. 04**).

Constatada inexistir tal diferença, esta Relatoria acolhe as alegações apresentadas para efeito de descaracterizar o apontamento, o qual, smj, decorreu de simples equívoco no RPCA.

Com relação ao apontamento acerca da *ausência nos autos da relação dos beneficiários dos precatórios judiciais*, a Recorrente trouxe aos autos apenas o Processo Administrativo 8027820-42.2020.8.05.0000 demonstrando a correta contabilização do valor de R\$6.008.151,79, sem, contudo, apresentar a referida relação, não restando, portanto, descaracterizado o apontamento.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com arrimo no art. 88, parágrafo único, da Lei Complementar nº 06/91, vota-se pelo **provimento parcial** do presente recurso, apenas para excluir do decisório a ressalva atinente a inconsistências em demonstrativos contábeis, mantendo-se, destarte, inalterados os demais termos do opinativo pela **aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de **VITÓRIA DA CONQUISTA**, relativas ao exercício financeiro de **2023**, da responsabilidade da Gestora, Sra. **Ana Sheila Lemos Andrade**, revogando-se a DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO – DID para emitir-se uma outra reduzindo o valor da **multa** de R\$2.000,00 para **R\$1.500,00**.

Ciência à interessada.

SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de julho de 2025.

Cons. Aline Fernanda Almeida Peixoto
Relatora